



Construção das Metas 2022

Processo Participativo

A Resolução CNJ nº 221/2016 estabeleceu a utilização de processos colaborativos na definição das Metas Nacionais do Poder Judiciário, envolvendo magistrados, magistradas, servidores e servidoras, áreas técnicas, associações de classe e sociedade. Para fomentar ainda mais a participação dos vários envolvidos nessa construção, o referido Conselho inseriu o processo participativo de definição das Metas como elemento de pontuação no Prêmio CNJ da Qualidade, de acordo com as seguintes modalidades:

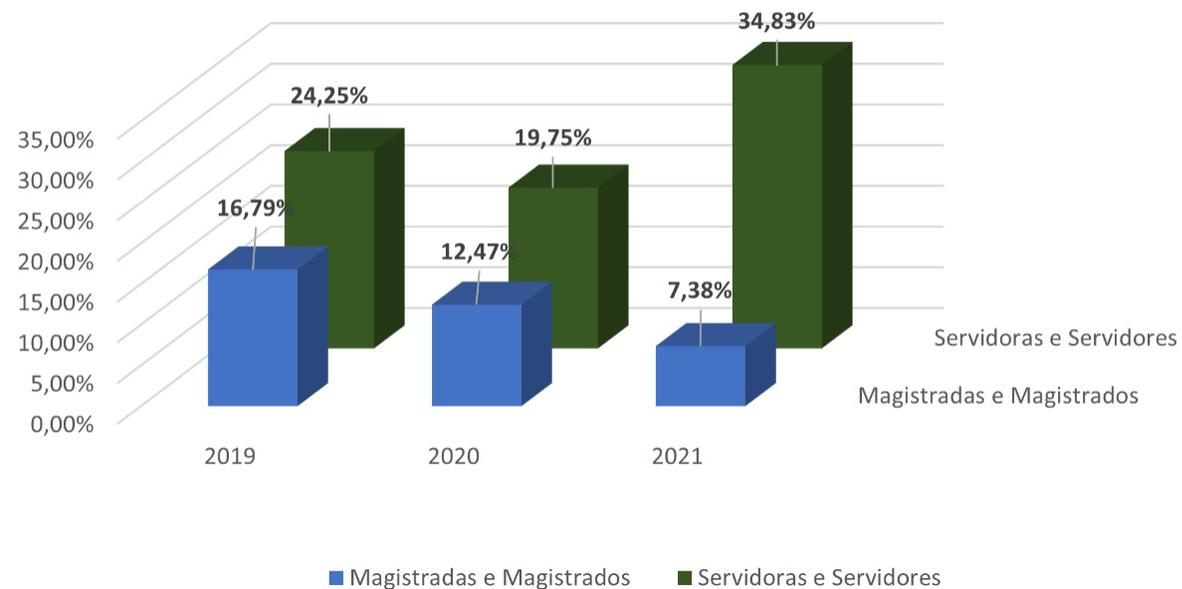
- a) consulta pública de ampla abrangência, incluindo a sociedade (até 20 pontos);
- b) consulta pública de magistrados(as) e servidores(as) (até 15 pontos);
- c) audiência pública (até 15 pontos);
- d) reunião ou videoconferência que envolva magistrados(as) e servidores(as) de 1o e 2o graus (até 5 pontos);
- e) reunião ou videoconferência restrita a magistrados(as) e servidores(as) específicos de unidades judiciárias ou unidades técnicas do Tribunal (até 2 pontos);
- f) reunião ou videoconferência ou atividade realizada com a participação de outros tribunais (até 2 pontos).



Construção colaborativa

Ao lado, o percentual de participação na pesquisa de definição das metas para os anos de 2019, 2020 e 2021.

Percentual de respondentes às consultas públicas para as metas nacionais

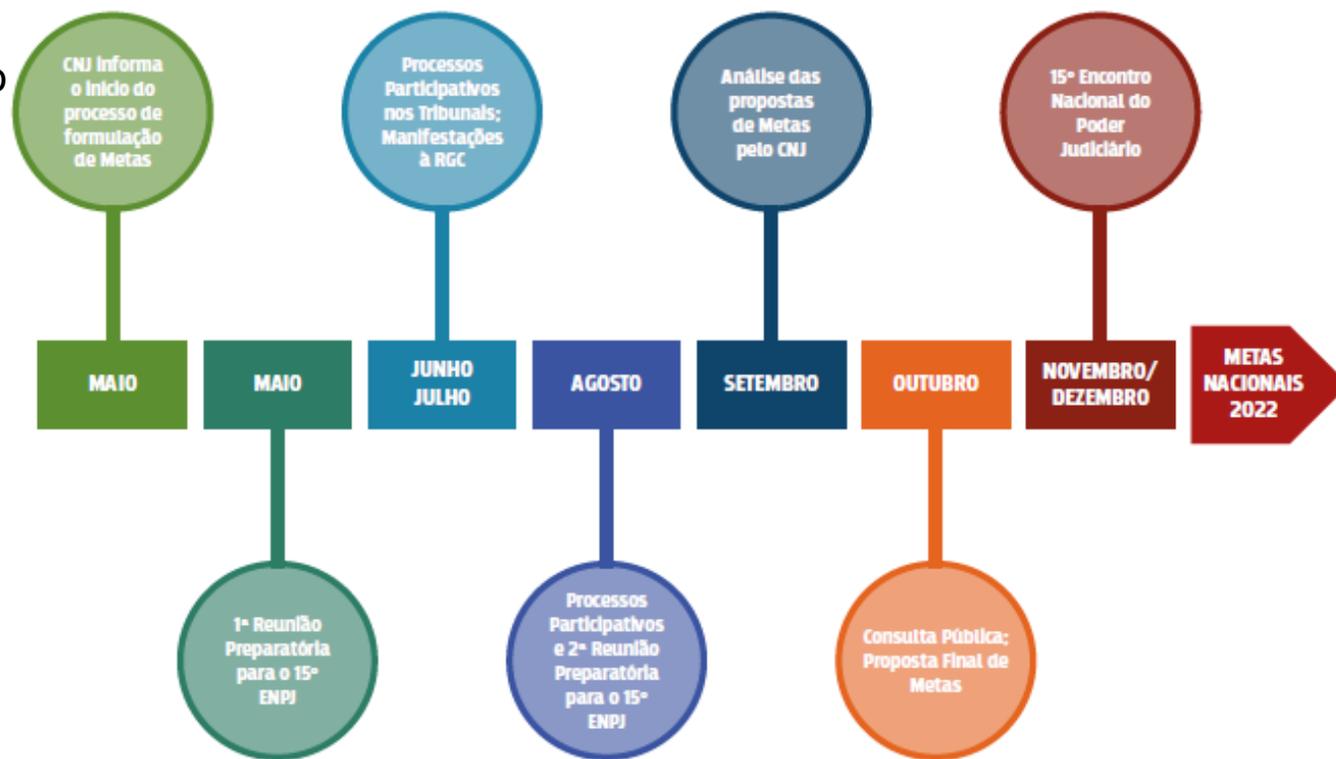


Propostas para metas 2022

As propostas a serem submetidas aos Presidentes dos Tribunais por ocasião da realização do XV Encontro Nacional do Poder Judiciário estão sendo construídas, conforme o diagrama ao lado.

No caso da Justiça Eleitoral, optou-se pela realização de pesquisas públicas para ouvir a sociedade e o público interno.

A figura a seguir representa graficamente o processo de formulação das Metas Nacionais 2022.



Pesquisas sobre propostas de Metas para 2022

Na Justiça Eleitoral, no período de 16 a 28 de julho, o TSE realizou duas pesquisas acerca das Metas Nacionais para 2022, sendo:

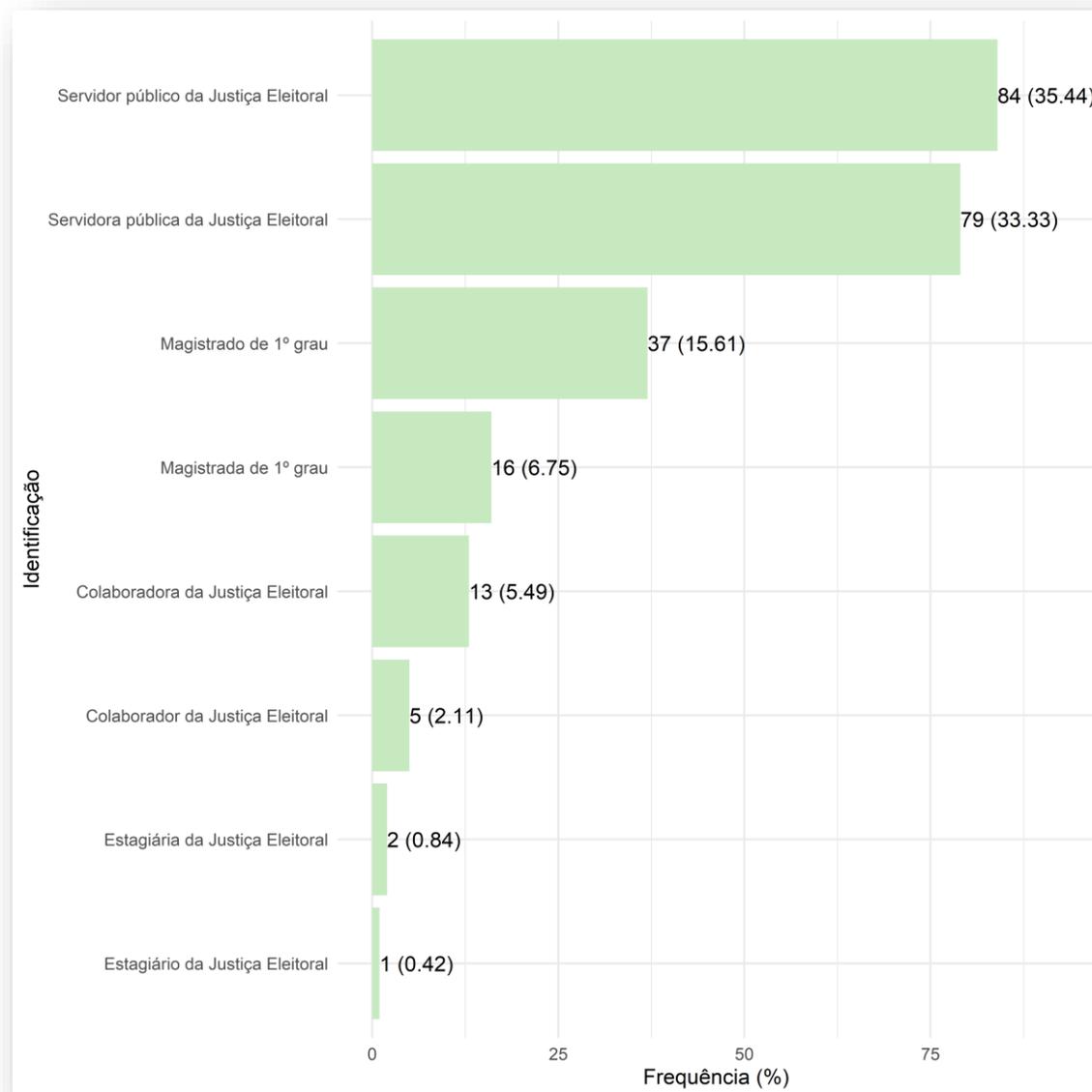
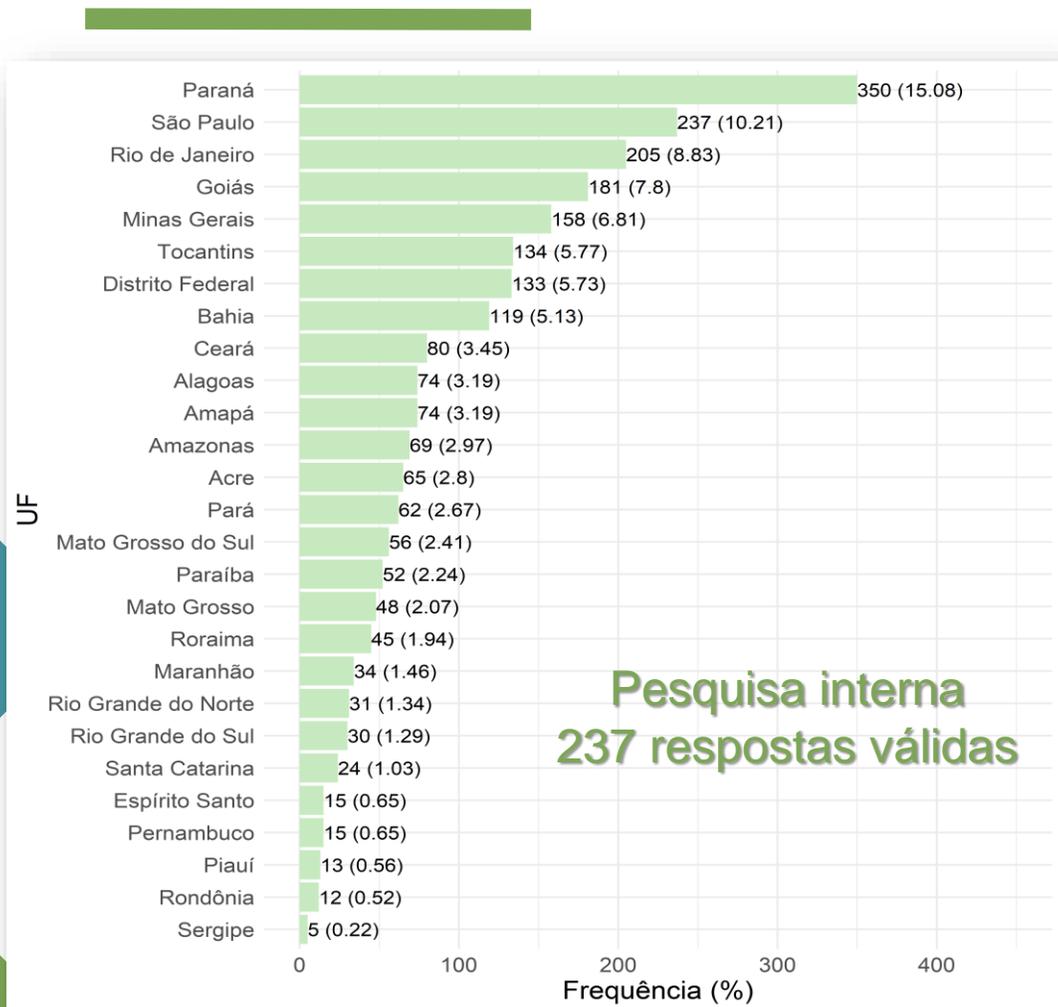
- uma foi direcionada para o **público interno** da Justiça Eleitoral (colaboradores, estagiários, servidores, magistrados e ministros); e
- outra para o **público externo** (advogados, associações, membros do ministério público e a sociedade em geral).

O TRE-SP contou com 237 respostas válidas na pesquisa interna e 125, na pesquisa externa, totalizando **362 participações válidas**.

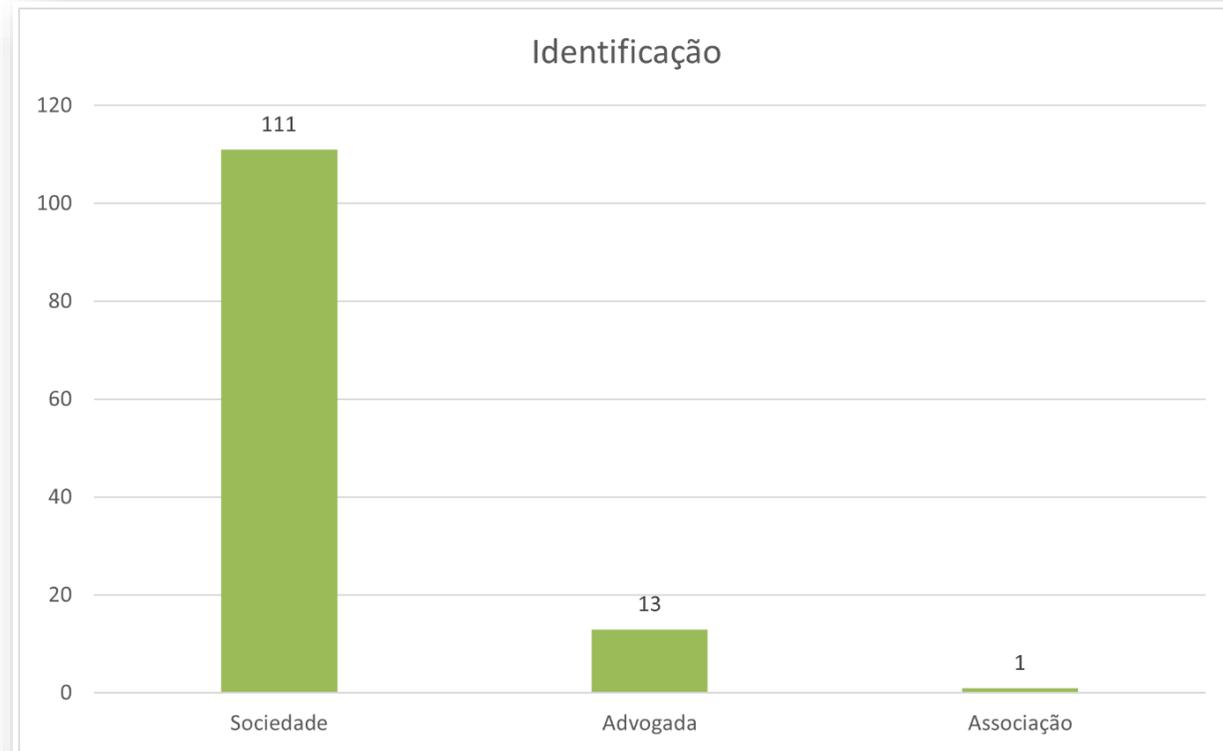
As respostas e sugestões estão sendo analisadas internamente pela Alta Administração e servirão de base para sugestões de Metas 2022.



Participação nas pesquisas sobre propostas de Metas para 2022



Participação nas pesquisas sobre propostas de Metas para 2022



Propostas para metas 2022

No momento apresentamos os resultados das pesquisas (interna e externa)

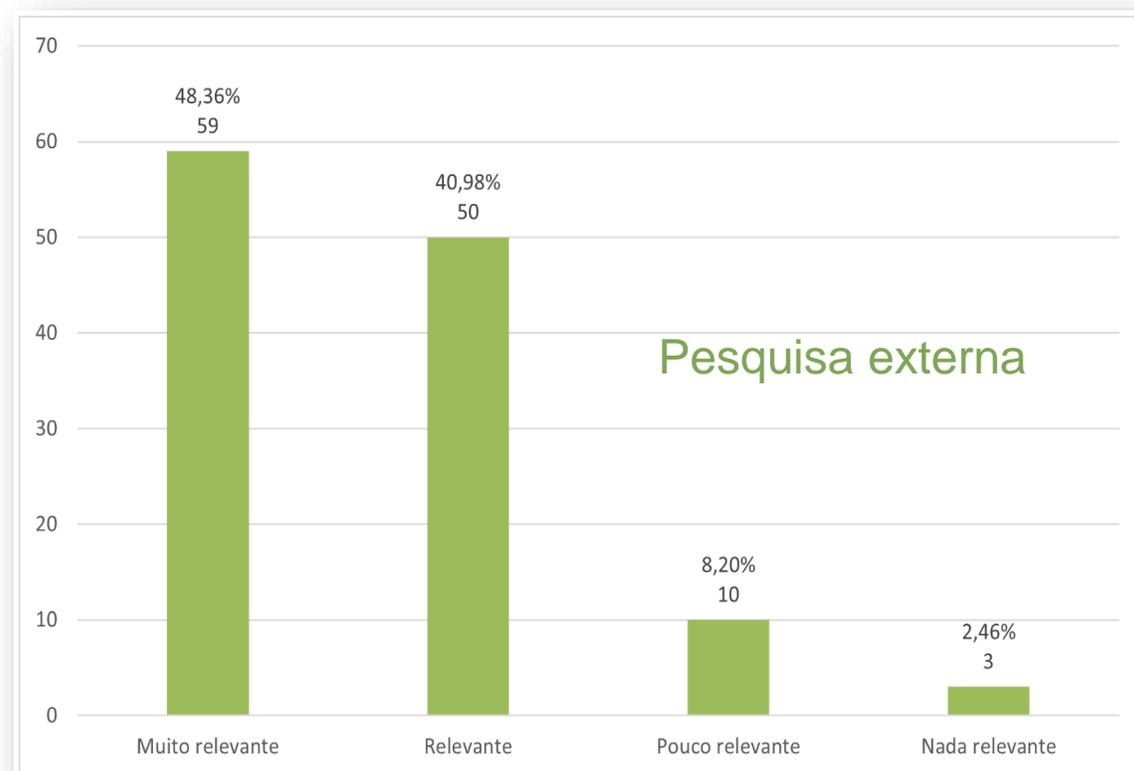
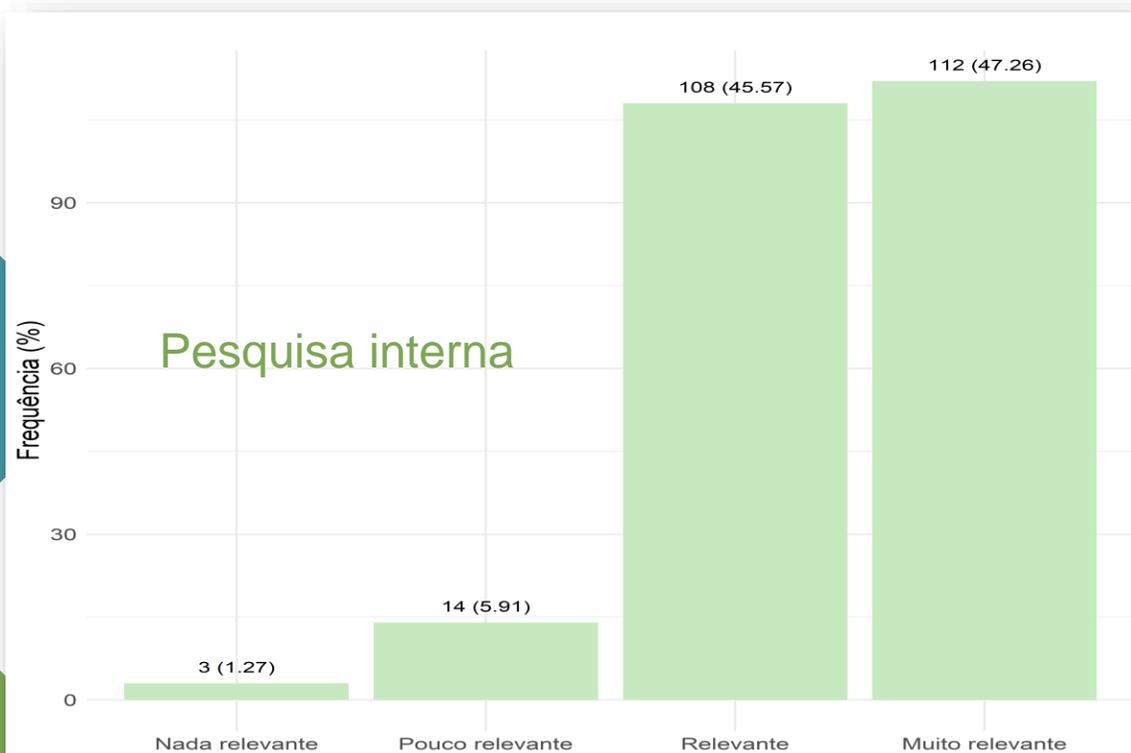


Meta 1

Julgar mais processos que os distribuídos



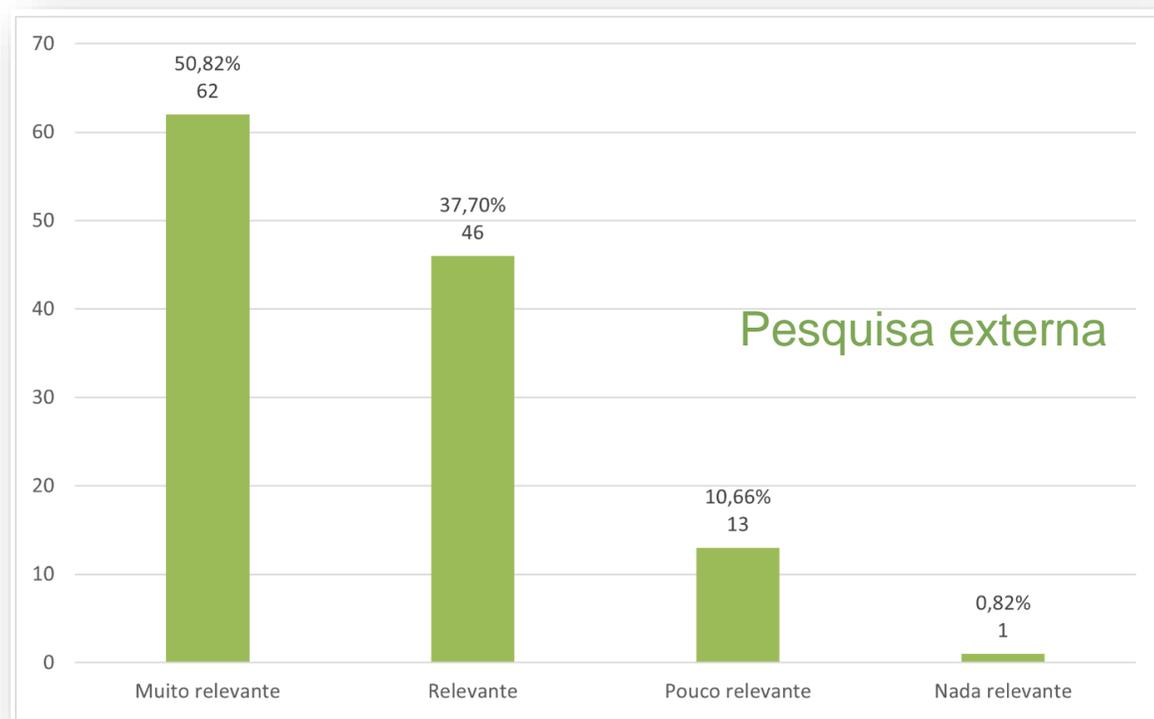
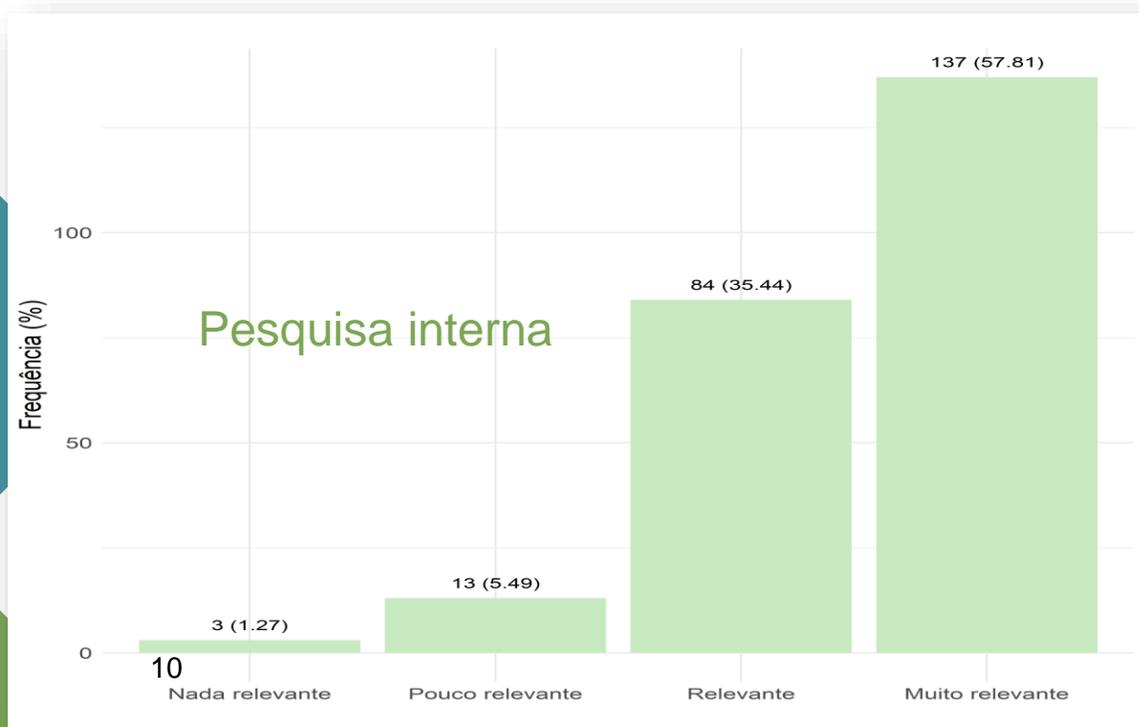
Pergunta 2.1 das pesquisas: Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos. Vinculada ao Macrodesafio AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, a meta estabelece que haja celeridade nos processos dos tribunais. **Você considera essa meta relevante para a Justiça Eleitoral em 2022?**



Meta 2

Julgar processos mais antigos

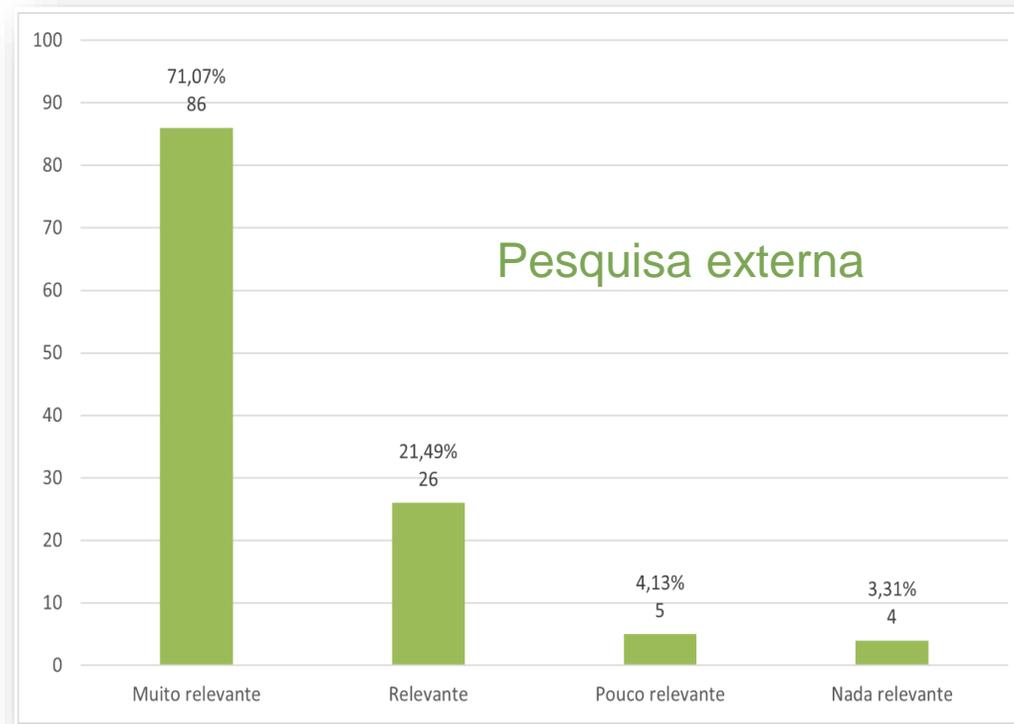
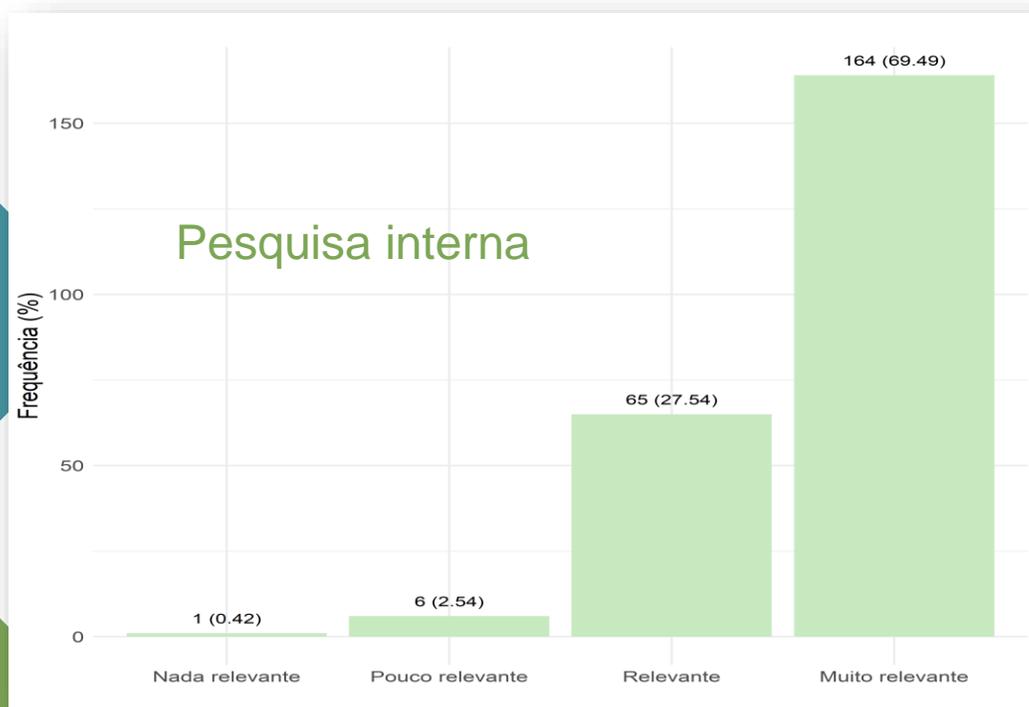
Pergunta 2.2 das pesquisas: Meta 2 - Julgar processos mais antigos. Vinculada ao Macrodesafio AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL, a meta estabelece prioridade ao julgamento dos processos mais antigos. Em sua opinião, **essa meta é relevante para a Justiça Eleitoral em 2022?**



Meta 4

Processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Pergunta 2.3 das pesquisas: A Meta Nacional nº 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais é vinculada ao Macrodesafio ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS. Você considera essa meta relevante para a Justiça Eleitoral em 2022?

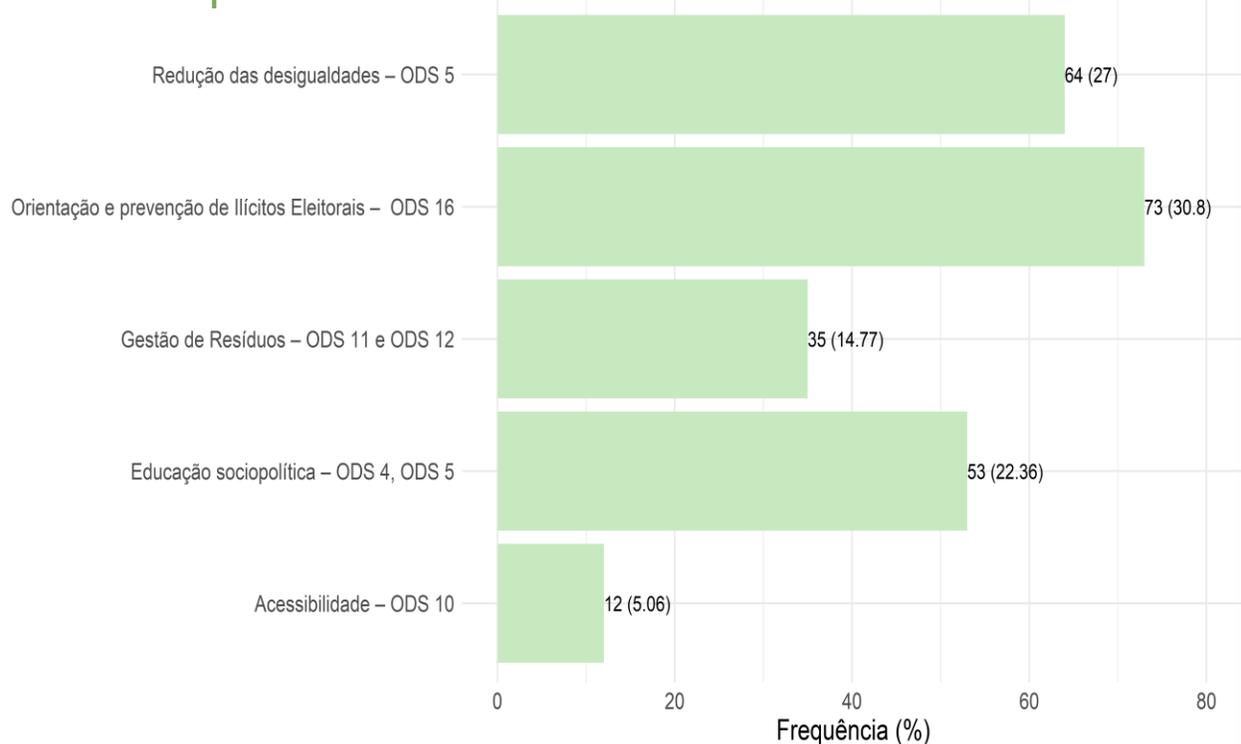


Meta 9

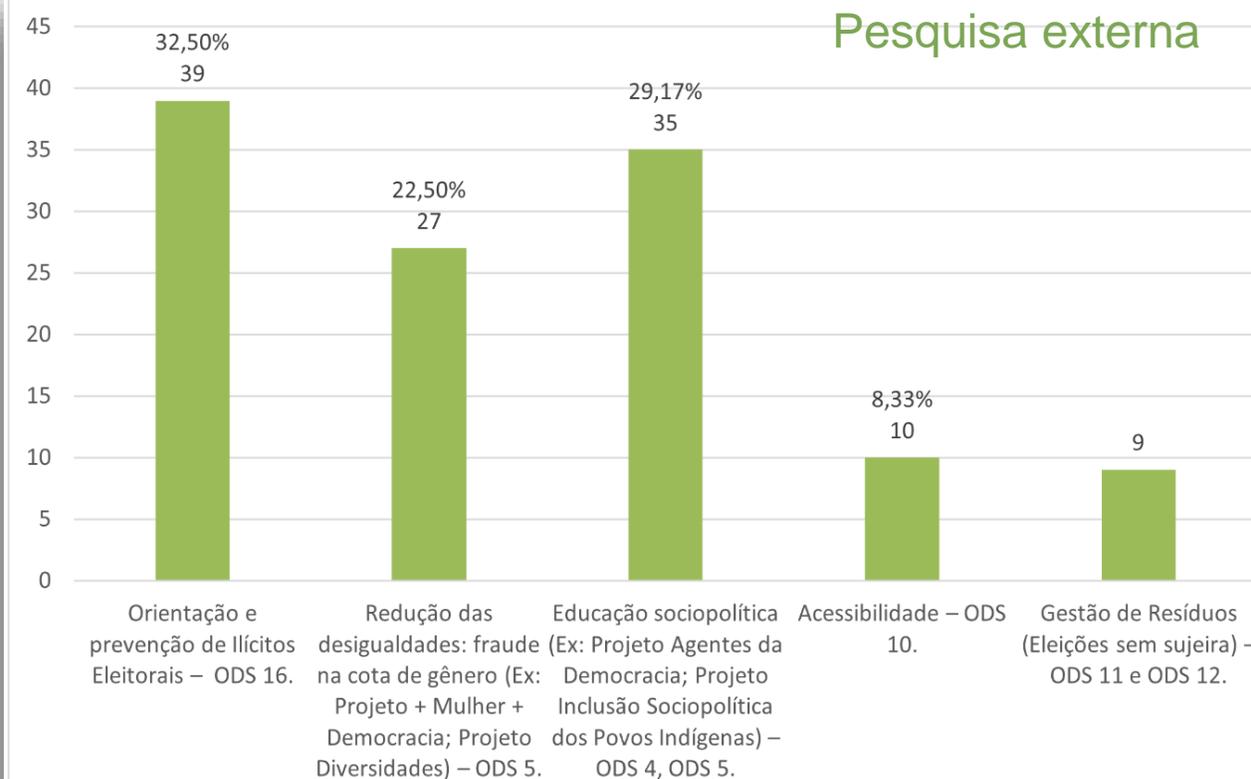
Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

Pergunta 2.5 das pesquisas: Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, da ONU, que representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade, reduzir desigualdades, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas, **qual tema** você considera que a Justiça Eleitoral deve ou pode priorizar em 2022 para desenvolver projetos?

Pesquisa interna



Pesquisa externa



Nova Meta

Transformação Digital no Poder Judiciário

O CNJ propôs esta nova meta nacional para o ano de 2022 e a Justiça Eleitoral avaliará se vai aderir a esta proposta, bem como possíveis ajustes no glossário

PROPOSTA DE GLOSSÁRIO PARA A META DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO

Meta X de 2022 – Meta Transformação Digital no Poder Judiciário

Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.

Questionário

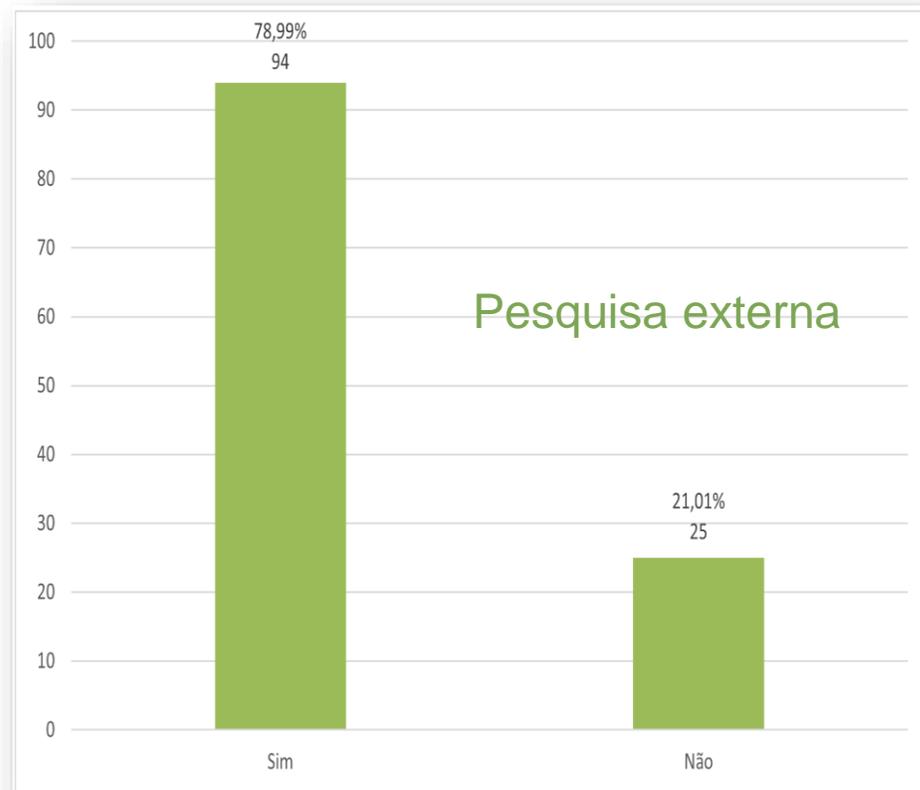
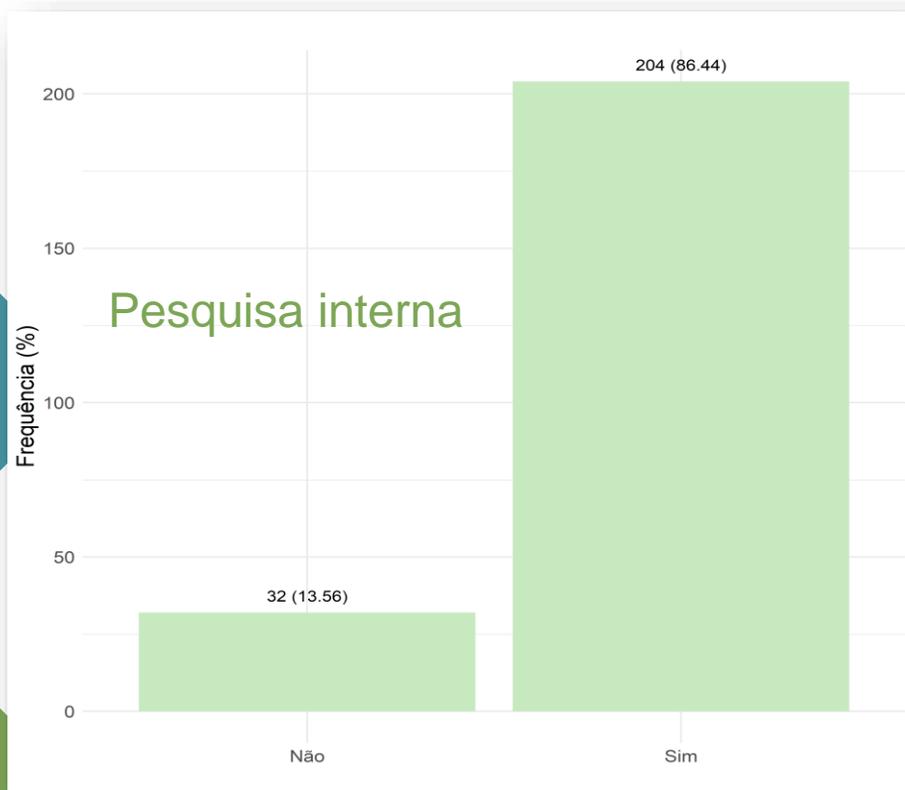
Id.	Pergunta	Per.
PX.1	Quantidade de unidades judiciárias do tribunal.	Trimestral
PX.2	Quantidade de unidades judiciárias com o “Juízo 100% Digital” implementado.	Trimestral
PX.3	Quantidade de “Núcleos de Justiça 4.0” instituídos no tribunal.	Trimestral
PX.4	Quantidade de unidades judiciárias com o “Balcão Virtual” implementado.	Trimestral
PX.5	Quantidade de sistemas processuais que o tribunal utiliza.	Trimestral
PX.6	Quantidade de sistemas processuais que o tribunal utiliza conectados à PDPJ.	Trimestral
PX.7	Quantidade de módulos que o tribunal desenvolve para a PDPJ.	Trimestral
PX.8	O tribunal implementou o sistema Codex?	Trimestral

As perguntas serão respondidas para o 1º e 2º graus.

Nova Meta

Transformação Digital no Poder Judiciário

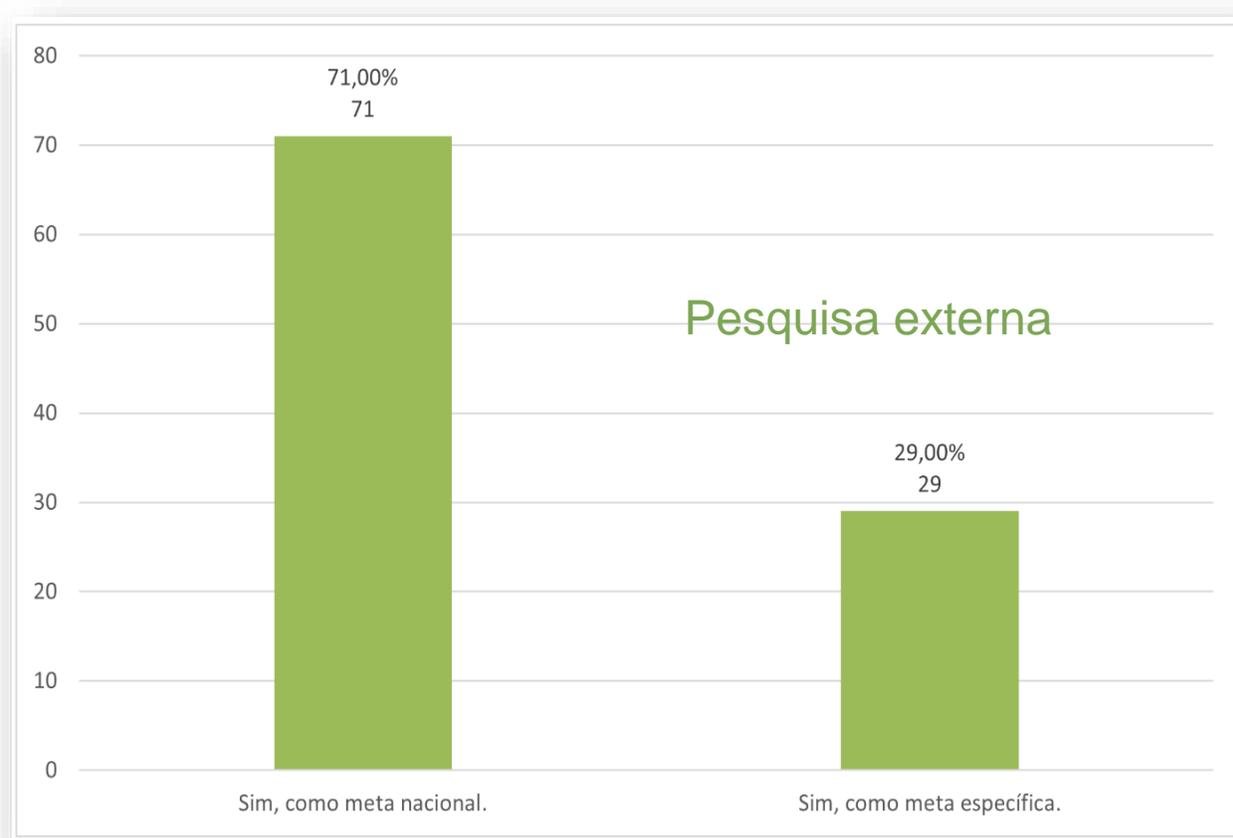
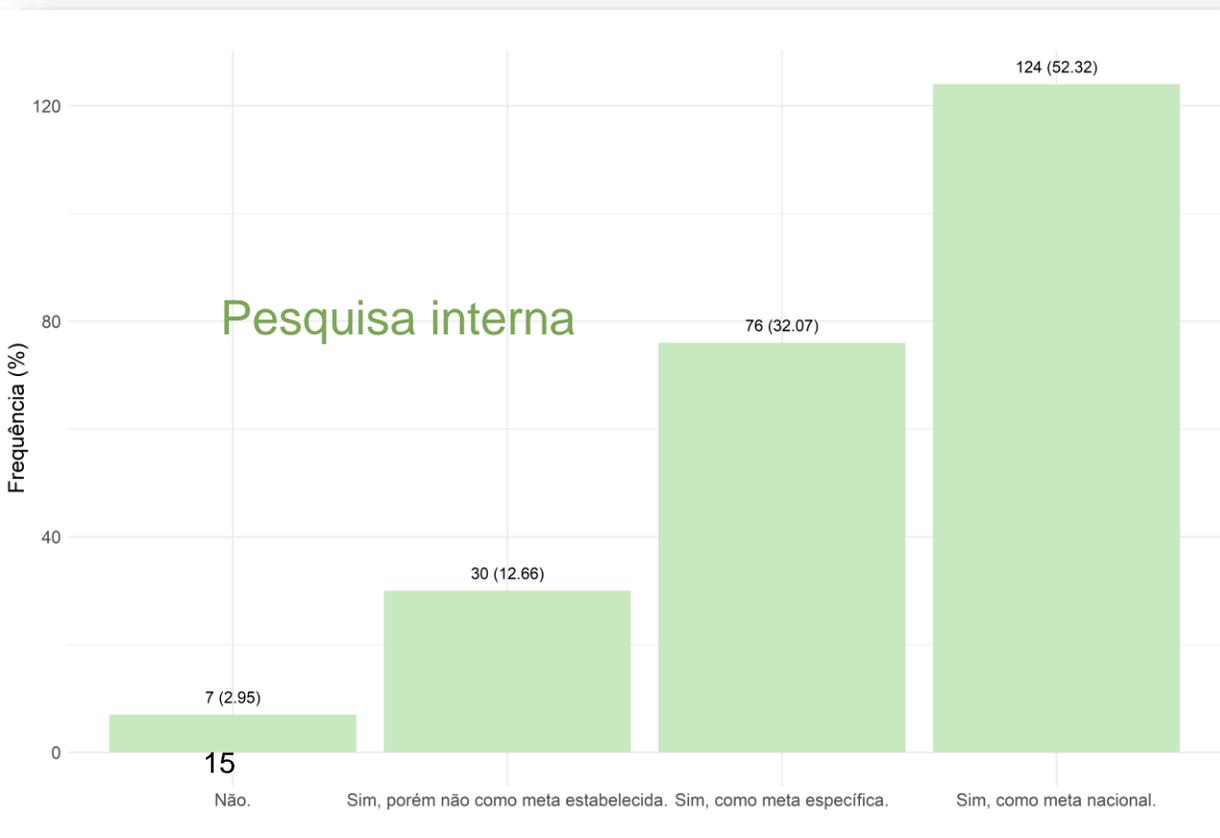
Pergunta 2.6 das pesquisas: A Justiça Eleitoral **deve aderir** à nova meta para 2022 proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Meta Transformação Digital no Poder Judiciário: implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do Tribunal?



Meta Específica

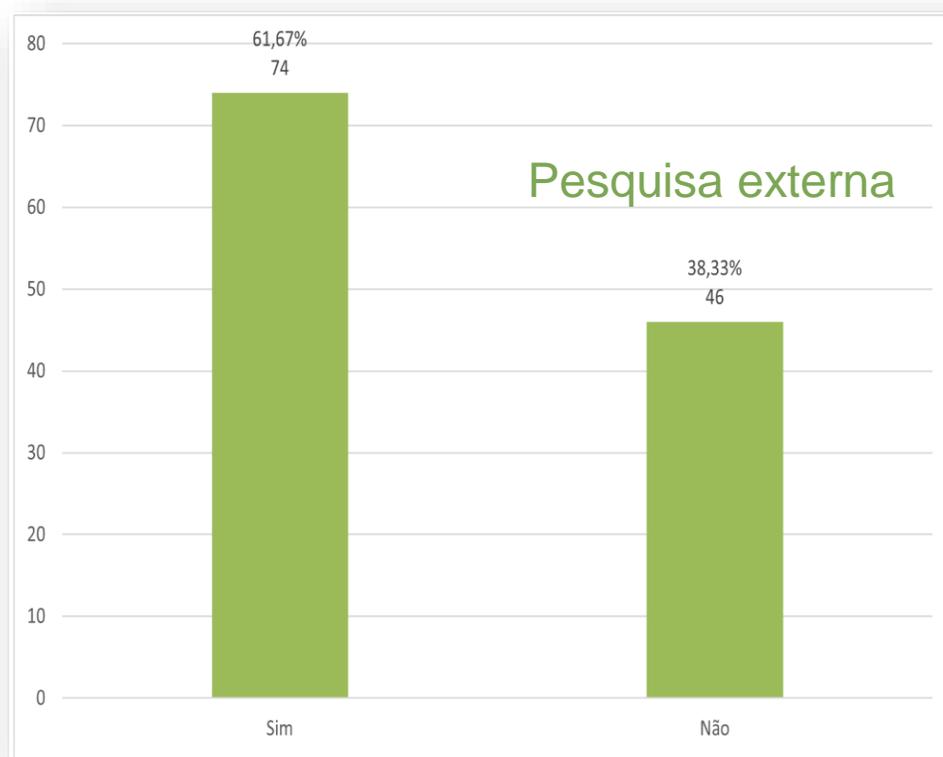
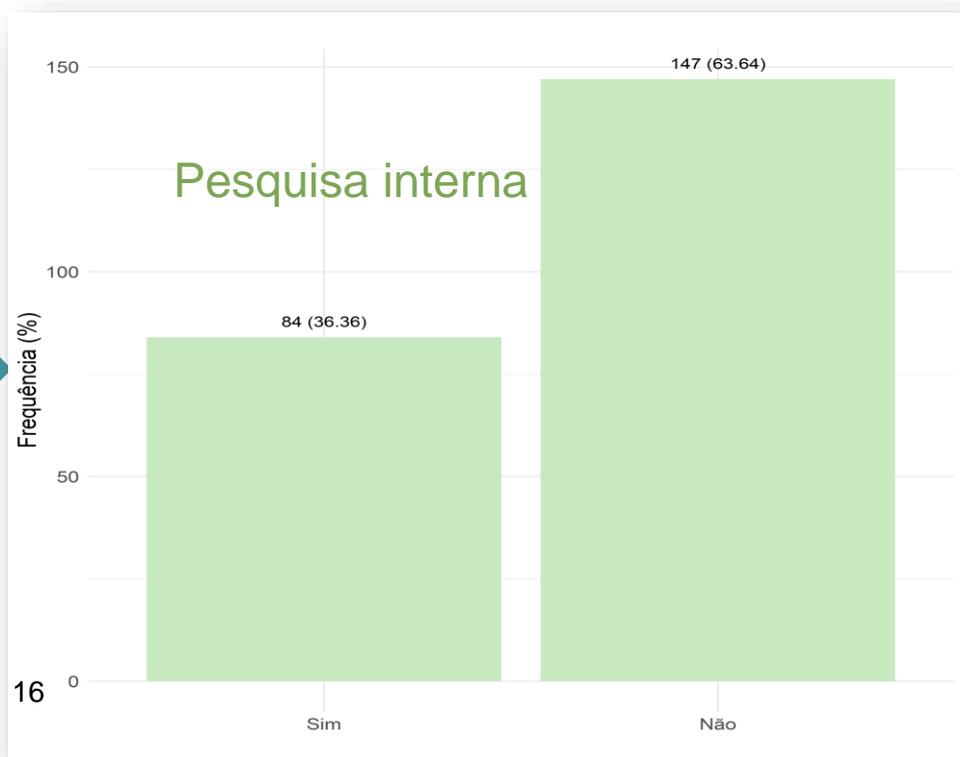
Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral

Pergunta 2.8 das pesquisas: A Justiça Eleitoral **deve manter** a Meta Específica 1 - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral?



Nova Meta Específica

Pergunta 2.9 das pesquisas: A Justiça Eleitoral deve criar uma nova meta específica?



Responsáveis

Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições (ASSPE) – asspe@tre-sp.jus.br
Escritório de Projetos e Processos Organizacionais (EPP) – epp@tre-sp.jus.br
Núcleo de Estatística da Gestão Estratégica – estatistica@tre-sp.jus.br